


Ronaldo Jacobina

 texto
 ronald.jacobina@
 redebahia.com.br

Marina Silva

 foto
 marina.silva@
 redebahia.com.br

Acervo do Palácio Rio Branco: destino traçado

Concessão Governo do Estado tem até o fim do mês para entregar o imóvel para o início da reforma que resultará num hotel de luxo

Até o final deste mês de setembro, o Governo do Estado terá que entregar à BM Varejo Empreendimentos SPE S.A., o Palácio Rio Branco. O prédio será transformado em hotel de alto luxo, conforme contrato de concessão onerosa de uso por 35 anos, assinado pelas partes em maio deste ano, após a empresa vencer o processo de licitação, cujo valor é de R\$ 88 milhões.

Em meados do mês passado, o imóvel histórico, que abriga a Secretaria Estadual de Cultura e órgãos e fundações ligadas a esta, começou a ser desocupado.

Tão logo receba o prédio, a empresa vencedora da licitação terá um prazo de até 90 dias para apresentação do projeto de reforma e adaptação para a implantação da unidade hoteleira, que, antes e durante, passará pelo crivo e acompanhamento dos órgãos de patrimônio, visto tratar-se de um bem tombado.

Pelo contrato firmado entre as partes, além do prédio, os bens móveis, chamados de bens vinculados, como lustres, arandelas, vitrais, painéis, afrescos, e adornos de paredes e tetos, estão incorporados à arquitetura do imóvel.

Já as demais peças, como mobiliários e quadros que também pertencem ao palácio, serão transferidas, provisoriamente, durante a reforma para a nova sede da Fundação Pedro Calmon. O órgão, que já está funcionando no prédio da Biblioteca Central dos Barris, é responsável pela gestão do acervo agora e mesmo durante o período de concessão.

A ideia, segundo Valter Silva, diretor do Centro de Memória do Estado da Bahia, é que todo o acervo, durante a reforma do palácio, fique exposto na sede da FPC, num sistema de rodízio – expõe algumas peças, retira, expõe outras – por falta de espaço no endereço provisório. Logo que o hotel ficar pronto tudo voltará ao palácio, mas continuará sob guarda e gestão da Fundação Pedro Calmon, que continuará responsável pela administração do memorial e conservação das peças.

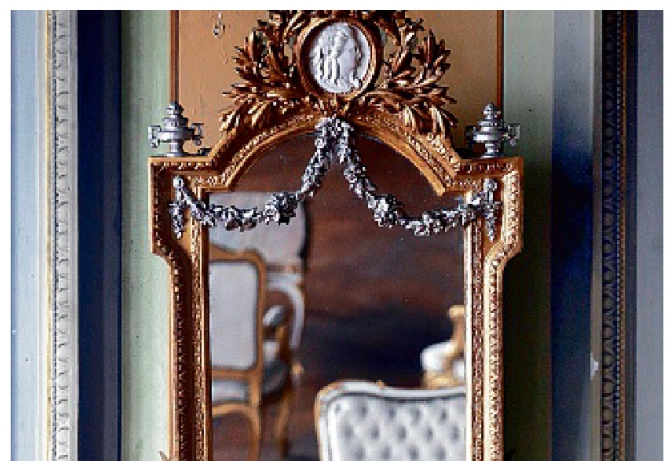
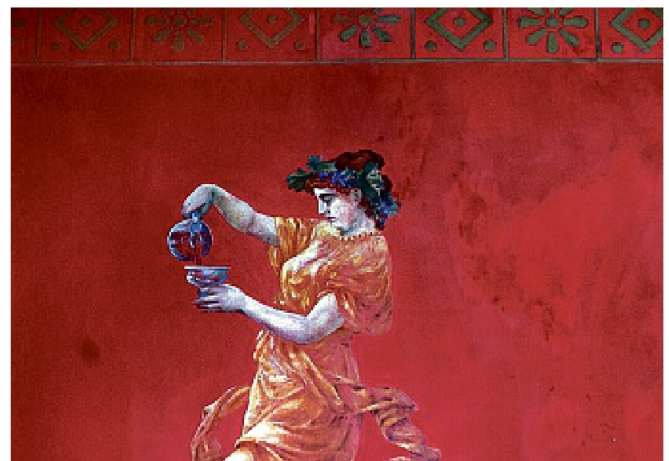
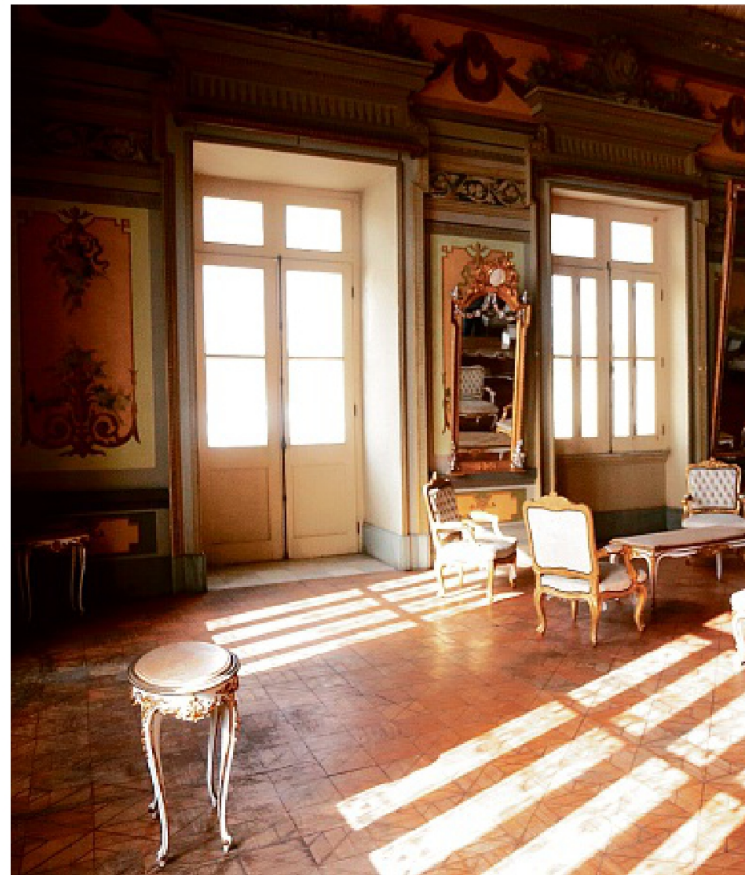
Ao todo, 1845 itens integram este acervo. Em maioria, as peças são itens pessoais dos governantes, pertencem ao Memorial dos Governadores e foram doadas ao Estado por seus familiares.

“Os documentos oficiais são recolhidos ao Acervo Público do Estado, mas no caso do acervo memorial, que voltará a funcionar no palácio depois que o hotel abrir, com acesso gratuito do público, será retirado nos próximos dias para retornar após as obras”, explica Valter Silva, diretor do Centro de Memória do Estado da Bahia.

A exceção fica com algumas peças que integram o acervo do palácio propriamente dito, que são as estátuas encravadas nas paredes – não poderão sair de lá sem sofrerem ou causarem danos a elas e ao prédio. Parte do acervo, segundo o presidente da Fundação Pedro Calmon, Zulu Araújo, passará por um processo de restauro antes de ser devolvido ao palácio, quando este for inaugurado como hotel.

De acordo com a minuta do contrato assinado entre a

Os móveis, espelhos, lustres e obras de arte que integram o patrimônio histórico do Palácio Rio Branco deverão ser assegurados pela empresa concessionária que fará a administração do hotel de alto luxo implantado no prédio. De acordo com o contrato assinado entre as partes, apólices de seguro contra incêndios e/ou outros danos deverão ser feitas



A SABER

A Fundação Pedro Calmon foi criada em 1986 e tem como finalidade recolher, originar e divulgar o acervo histórico e documental da memória sociopolítica da Bahia



concessionária e o Governo do Estado, através da Secretaria de Turismo, o hotel deverá ser aberto em até 18 meses. "Além do acervo do centro de memória dos governadores, será transferido para o novo endereço da fun-

dação também o mobiliário e outras peças, para depois retornarem ao seu lugar de origem, ou seja o palácio, sob a guarda da fundação que será responsável também pela gestão do Memorial dos Governadores", explica Araújo.

Na verdade, para além das peças do centro de memória dos governadores, não existe um grande acervo histórico no interior do imóvel. A exceção são 10 cadeiras e 19 poltronas do estilo Luís XV, dois painéis a óleo, uma mesa, cin-

co aparadores e seis espelhos de cristal francês.

Estes últimos, assim como as duas estátuas encravadas nas paredes, assinados pelo italiano Pasquale de Chirico (1873-1943), permanecerão no prédio, segundo orientação dos especialistas em restauro. Eles avaliam que estes itens não devem ser removidos do lugar onde se encontram para garantir a sua conservação.

É o caso do enorme painel de grande valor histórico, intitulado O Primeiro Passo Para a Independência, pintado por Antônio Parreiras em 1930, que chegou a ser cogitado para ser emprestado ao Governo do Estado de São Paulo para integrar a exposição do bicentenário na capital paulista - até agora o martelo não foi batido. "Estamos aguardando a avaliação dos especialistas", diz Zulu.

Para as peças que permanecerão no prédio durante a reforma, como os lustres, pinturas e adornos, bem como as esculturas, deverão ficar protegidas no lugar onde se encontram. "Estaremos acompanhando todo o processo para garantir a conservação destas peças", garante Valter Silva. É o caso da estátua de Tomé de Souza, réplica da que fica na praça que leva o nome do primeiro governador-geral do Brasil, também assinada por Chirico.

O acervo do palácio sofreu muitas perdas ao longo dos tempos. Seja durante o incêndio em 1911, seja durante o bombardeio que sofreu em 1912. Isso sem contar com as reformas realizadas na década de 1980 e no começo dos anos 2000.

Fato é que o que existe lá é pouco do que deveria ter sido conservado. Relatos de especialistas publicados na Revista Palácio Rio Branco que cobre o período de 1919 a 1986, dão conta de que durante vários períodos em que o prédio ficou praticamente abandonado, grande parte do mobiliário e pinturas foram danificados pela ação de cupins e vazamentos.

Pela minuta do contrato de concessão, não apenas o imóvel, mas também os bens vinculados, ou seja, os móveis, espelhos, lustres e obras de arte, deverão ser assegurados pelo concessionário, que terá que fazer apólices de seguro contra incêndios e/ou outros danos. A empresa terá ainda que devolvê-los ao Estado em bom estado de conservação ao término do contrato de concessão.

A direção da BM Varejo Empreendimentos SPE S.A afirmou que o Memorial dos Governadores será mantido em sala própria, no hotel do Palácio Rio Branco, sob a custódia da Fundação Pedro Calmon, e que as demais questões estão sendo avaliadas e que serão divulgadas quando receberem o imóvel.

RARIDADES

Mobiliás douradas ao estilo Luís XV poltronas, mesas de centro, aparadores, mesas laterais, cadeiras e poltronas ainda estão expostas no Salão Nobre

Espelhos de cristal francês emoldurados em gesso pintado com folhas de ouro e espelhos bisotados franceses

Sala Pompeana, a mais antiga, sobreviveu ao incêndio de 1911 e ao bombardeio de 1912 é uma homenagem à civilização de Pompeia, com afrescos e telas emolduradas por barra grega - uma delas é a mitológica Bacante, sacerdotisa de Baco

Acervo de bens móveis 1845 itens. Em maioria, objetos pessoais dos governantes baianos cedidos por seus familiares

Destes 1845, apenas 46 peças estão no inventário de bens móveis da Fundação Pedro Calmon. São elas: 19 poltronas, 6 espelhos, 5 aparadores, 3 mesas de centro, 2 quadros de parede (um deles é a tela O Primeiro Passo para a Independência, assinado por Antônio Parreiras, de 1930), 1 mesa e 10 cadeiras